

Operação Condor: A cooperação para o Terror no Cone Sul

por Maria Aparecida Felix Mercadante¹

Resumo

Em 1975, no Chile, o Primeiro Encontro Interamericano de Inteligência Nacional, estabeleceu as bases para a criação da Operação Condor. Apoiada pela CIA e pelo governo dos Estados Unidos da América, a Condor tinha por objetivo principal a coordenação de ações repressivas contra opositores do governo e líderes de esquerda da região. Para tanto, fomentou o terror na região do Cone Sul, atuando além-fronteiras e sendo responsável por diversos sequestros, assassinatos e desaparecimentos de pessoas. Face à importância histórica da Operação Condor, o presente artigo procura analisá-la enquanto cooperação político-militar entre os regimes militares da Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai e seus órgãos de inteligência. A investigação foi realizada por meio de uma pesquisa documental e bibliográfica sobre o contexto no qual nasce a Condor, seus reais objetivos e sua evolução. Como paradigma teórico, pretende-se compreender a Operação Condor no âmbito da teoria dos complexos regionais de segurança.

Palavras-chave: Operação Condor. América Latina. Cooperação político-militar. Regimes Militares.

Introdução

Sob o sistema internacional de ordem bipolar marcado pela Guerra Fria e o conflito ideológico entre capitalismo e socialismo, a América Latina assistiu, nos anos 60 e 70, à ascensão de inúmeras ditaduras militares baseadas na Doutrina de Segurança Nacional e na influência norte-americana de proteção do continente contra o comunismo. A fim de coordenar ações repressivas e combater a subversão e o

comunismo, em 1975, uma reunião entre chefes dos governos das ditaduras da Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai estabeleceu a criação da Operação Condor, uma cooperação político-militar entre os governos e seus órgãos de inteligência que tinha como objetivo agir além das fronteiras nacionais para neutralizar e reprimir os grupos que se opunham ao regime; buscavam “livrar” a América do Sul da subversão e da “ameaça” comunista. Em 2001, com a desclassificação de documentos do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América tornou-se público o conhecimento dos EUA pela Operação e o seu envolvimento com a participação da CIA e de outros serviços de inteligência no apoio a integração das forças de segurança do Cone Sul.

Face à importância histórica, busca-se explorar a Operação Condor como uma cooperação político-militar de segurança que fomentou o terror na região do Cone Sul, sendo responsável por diversos sequestros, desaparecimentos e assassinatos. A investigação do presente artigo foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica e documental; foram utilizados como base o livro “Os anos do Condor”, escrito por John Dinges, escritor e jornalista norte-americano que viveu no Chile durante a ditadura militar; além de obras do jornalista brasileiro Nilson Mariano e de Enrique Serra Padrós. Têm-se como apoio, a compreensão dos fatores externos e internos que contribuíram para o sucesso na criação da Operação Condor e, como objetivo, enquadrá-la como uma operação de segurança coletiva, razão pela qual o problema que norteia o artigo é este: tendo em vista o contexto de Guerra Fria, é possível enquadrar a Operação Condor como uma operação de segurança coletiva nos parâmetros da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança?

O paradigma teórico utilizado é a teoria dos complexos regionais de segurança. O presente artigo está dividido em três seções: na primeira, será abordada a situação do sistema internacional do período e, a lógica de Guerra Fria e do mundo dividido em dois polos. O foco da segunda seção será a criação da Operação Condor, com seus objetivos específicos, a participação países membros, inclusive o Brasil, e o conhecimento e apoio norte-americano, comprovado por documentos da CIA. Por sua vez, a terceira seção analisará a natureza da Operação Condor.

¹ Acadêmica de Relações Internacionais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Programa de Aprendizagem VI

A Doutrina de Segurança Nacional e a ameaça do comunismo

Na segunda metade do século XX, o sistema internacional viveu a existência de dois polos antagônicos de poder, os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), as duas superpotências que emergiram ao fim da Segunda Guerra Mundial. O período conhecido como Guerra Fria foi marcado pela disputa entre capitalismo versus socialismo, a qual possuía conotações econômicas, políticas, militares, estratégicas e até mesmo ideológicas, pois as duas superpotências que disputavam a hegemonia mundial, também disputavam a supremacia de sua ideologia. Segundo Joseph Nye (2009, p.142), “A intimidação da Guerra Fria estava intimamente ligada à manutenção de grandes arsenais nucleares americanos e soviéticos, mas também foi uma extensão da lógica do equilíbrio de poder”. Assim, com o perigo iminente de uma guerra nuclear, capaz de dizimar a população mundial, a máxima era a contenção e a balança de poder sem o confronto direto entre os dois lados.

Do ponto de vista estadunidense, “a contenção referia-se a uma política americana específica de conter o comunismo soviético assim como de promover uma ordem mundial liberal do ponto de vista econômico e político” (NYE, 2009, p.142). A contenção do comunismo soviético seria conhecida como Doutrina Truman, após um discurso, feito em 1947, pelo então presidente norte-americano, Harry Truman, no qual anunciava ajuda aos países europeus: “Eu acredito que a política dos Estados Unidos deve ser de apoiar os povos livres que estão resistindo à subjugação por minorias armadas ou por pressões exteriores [...] Eu acredito que a nossa ajuda deve ser primeiramente através da estabilidade econômica e da ordenação do processo político” (TRUMAN, 1947, p. 11, tradução nossa)². Do ponto de vista econômico, os Estados Unidos implementariam o Plano Marshall, um auxílio financeiro

2 I believe that it must be the policy of the United States to support free peoples who are resisting attempted subjugation by arm or by outside pressures [...] I believe that our help should be primarily through economic and financial aid which is essential to economic stability and orderly political processes.

com o objetivo de promover a reconstrução da Europa Ocidental no pós-Segunda Guerra.

A América Latina, nesse contexto marcado por insegurança e medo no sistema internacional, sofre dois processos: um de cunho econômico e outro político. O primeiro era caracterizado pela crise estrutural, resultante do fim dos saldos comerciais acumulados durante a Segunda Guerra, dos custos de uma terceira revolução industrial e da retirada de riquezas dos países latino-americanos por grupos estrangeiros. O segundo resultou do sucesso na implantação de um poder popular e socialista de Fidel Castro, Che Guevara e Camilo Cienfuegos, na revolução em Cuba, que serviria como um exemplo a ser seguido na luta contra o imperialismo na região (PADRÓS, 2009). A combinação da deterioração econômica com as demandas por mudança e com a radicalização e o crescimento da insatisfação social levou os Estados Unidos a reavaliar suas alianças locais e repreender qualquer atitude que fosse contra seus interesses.

Há, ainda, um fator histórico anterior ao período. A criação da Doutrina Monroe, em 1823, pelo então presidente James Monroe, que instituía o lema “América para os americanos”, era entendida como um instrumento de defesa da integridade territorial do continente em face de possíveis agressões europeias; ou seja, os Estados Unidos se arvoravam na condição de protetores do continente americano. Com isto, na prática, Washington estipulava a América Latina como zona de influência norte-americana, situação que perdurou no tempo.

Os Estados Unidos, a fim de reforçar a sua influência local durante o período da Guerra Fria, passam a executar a Doutrina de Segurança Nacional nos países latino-americanos, com o objetivo de conter desvios e antagonismos sociais capazes de ferir a integridade nacional. Cria-se, então, a ideia de uma comunidade unida e homogênea em todos os seus interesses,

O Estado capitalista é confundido com a Nação. [...] O Estado de Segurança Nacional é proposto à população como a própria encarnação de toda a Nação. As ações do Estado são apresentadas, em princípio e a priori, como expressões do pensamento e da vontade nacional, sem que os diversos segmentos da sociedade como um todo sejam ouvidos, consultados e considerados. (BAUMGARTNER apud PADRÓS, 2005, p. 53).

Desse modo, aquele, ou aqueles, que discordassem dessa perspectiva, da ideia de uma “Nação” e de seus interesses comuns, deveriam ser encarados como “inimigos”, restando ao Estado à responsabilidade pelo combate a esta ameaça e a proteção da unidade nacional. Essa doutrina serviria para legitimar o uso da força como domínio do Estado, além de demonstrar que a segurança local também serviria ao interesse do governo norte-americano (PADRÓS, 2005). A noção de desvios sociais estaria intimamente ligada à ameaça comunista na região, validando a ideia de que as ameaças comunistas internas – nos países da América Latina – também representariam uma ameaça à segurança dos EUA.

Um dos mecanismos que, nos países latino-americanos, possibilitaram reprodução da geopolítica dos Estados Unidos foi o intercâmbio para o treinamento das Forças Armadas e policiais entre Brasil e Estados Unidos, por meio de programas militares que garantiam a subordinação das Forças Armadas dos países latino-americanos à liderança e aos interesses dos norte-americanos. Dessa forma, sob inspiração norte-americana, foram criadas escolas de formação militar na América Latina: Escola Nacional de Guerra do Paraguai, Escola Superior de Guerra da Colômbia, Escola de Altos Estudos Militares da Bolívia, Academia de Guerra do Chile e, inclusive, a Escola Superior de Guerra do Brasil; caracterizavam-se como uma espécie de força de reserva e deviam desempenhar funções regionais a serviço da estratégia global dos EUA (PADRÓS, 2005).

Dessa forma, o próximo passo dos Estados Unidos para reforçar e manter a influência na América Latina passa ser a interrupção de governos de esquerda e centro-esquerda, que representavam uma ameaça aos seus interesses. O golpe de 1964, no Brasil, instaurou uma ditadura militar que suprimiu as liberdades individuais e foi responsável por inúmeras práticas repressivas; assim como o regime militar paraguaio, instaurado anteriormente, em 1954, por Alfredo Stroessner. A seguir, a Argentina passa a ter um regime militar, em 1966, com o General Juan Carlos Onganía; na Bolívia, houve um golpe em 1966 e outro em 1971; em 1973, ocorre o golpe de Estado por Juan María Bordaberry, no Uruguai; no

mesmo ano, no Chile, a tomada do Palácio de La Moneda inaugura o regime militar do General Augusto Pinochet; e por fim, em 1976, outro regime militar se instaura na Argentina, com uma junta militar composta por Videla, Massera e Agosti (PADRÓS, 2009). O Brasil, sendo um dos primeiros países a instaurar a ditadura, passava a desempenhar o papel de gendarme regional, ou seja, assumia o papel de polícia da região a mando dos Estados Unidos a fim de atuar nos demais golpes que viriam a acontecer nos países vizinhos.

Em comum, os regimes civil-militares, baseados na Doutrina de Segurança Nacional, estabeleceram como principais focos o anticomunismo, a identificação do inimigo interno e a luta contra a insurreição. As Forças Armadas, com domínio político e construção ideológica, desencadearam uma guerra contra a subversão usando a metodologia da repressão, dos assassinatos e dos desaparecimentos. Os interrogatórios viraram tortura, e, como consequência, tem-se a propagação do terror e do medo na América Latina (PADRÓS, 2009). É claro que cada regime nacional teve suas características, mas é comum, nas declarações dos responsáveis pelos regimes, incitar a violência e a necessidade de ação, como a sentença antes do golpe do general argentino Videla: “Se for, preciso, na Argentina vão morrer tantas pessoas quantas forem necessárias para que se alcance a paz no país” (DINGES, 2005). E no Brasil, o Ato Institucional nº 5, de 1968, considera “imperiosa a adoção de medidas que impeçam, sejam frustrados os ideais superiores da Revolução, preservando a ordem, a segurança, a tranquilidade, o desenvolvimento econômico e cultural e a harmonia política e social do País comprometidos por processos subversivos e de guerra revolucionária” (BRASIL, 1968). Para que a repressão fosse efetiva, as ditaduras organizaram uma aliança que interligou tanto os órgãos de inteligência quanto os aparatos militares e que resultou na criação da Operação Condor.

A Operação Condor

Em 1975, acontece, no Chile, a I Reunião Interamericana de Inteligência Nacional, comandada por Manuel Contreras, chefe da Dirección de Inteligencia Nacional (Dina) - força de in-

teligência que agia com poder de polícia, criada pelo General Augusto Pinochet, durante o regime militar. O coronel Manuel Contreras contou com a participação dos serviços de Inteligência da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Uruguai e Brasil para a elaboração de acordos entre os serviços secretos, a fim de facilitar a ação de agentes desses países e a execução de operações repressivas conjuntas. Segundo Contreras, “a cooperação informal do passado não era mais suficiente para combater essa ‘guerra psicopolítica’” (DINGES, 2005, p.34). De acordo com John Dinges (Ibidem, p. 86), a esquerda latino-americana também planejava ações coordenadas de suas organizações armadas latino-americanas, como a criação da Junta Coordinadora Revolucionária³, no Chile, em 1972, sendo esse um dos fatos que serviram de legitimação para a criação da Condor. Em um relatório da CIA (Ibidem, p.73), lê-se que “o medo de que todos os grupos de guerrilha por toda a América do Sul se unissem é que motivou a recente intensificação na cooperação entre os funcionários da segurança no Cone Sul”.

A reunião seria o ponto de partida da Operação, a apresentação da proposta e das três fases para o que era chamado de “coordenação efetiva”. A primeira fase tinha como objetivos a criação de um Banco de Dados, um arquivo centralizado de antecedentes de pessoas, organizações e outras atividades ligadas à subversão, para compartilhamento de informações entre os países e a criação de um Centro de Informações. Esse sistema previa telefones com dissimuladores de voz, correios e telex, além de um alfabeto cifrado a fim de evitar qualquer interceptação nas transferências de informações. (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, NSA, 1975). As fases dois e três tratavam sobre as operações. A segunda fase limitava as ações contra os alvos no interior dos seis países-membros, a fim de deter os indivíduos que procuravam refúgio na Argentina, único país que ainda não estava sob regime ditatorial. Além disso, formalizava e incluía a Bolívia, o Brasil e o Uruguai em uma operação

bem-sucedida, que havia acontecido, meses antes, entre Chile, Argentina e Paraguai. Por fim, a fase três da Operação extrapolava as fronteiras da América Latina, expandindo a perseguição aos inimigos e os assassinatos também aos Estados Unidos e à Europa (DINGES, 2005).

Durante a reunião, também ficou definido o nome da organização, que, por sugestão do Uruguai, levaria o nome de Condor, em homenagem à ave condor, uma das insígnias do brasão chileno e maior ave voadora do mundo: “o abutre dos Andes que sobrevoa acima das fronteiras era o nome mais apropriado para uma operação sanguinária que unificou os serviços de segurança do Cone Sul” (SOUZA, 2011, p. 164). “Agindo além das fronteiras, os sócios do condor tinham permissão para prender, torturar, matar e ocultar cadáveres [...] O horror passou a circular sem passaporte”. (MARIANO, 2003, p. 17). A Operação tinha como objetivo claro eliminar subversivos, políticos opositores ou colaboradores dos grupos de esquerda, que eram considerados “terroristas”, e caracterizou-se por desconsiderar a proteção dos direitos humanos e por, assim, violar as regras do Direito Internacional, como o direito de refúgio e asilo.

Entre os êxitos da Operação Condor logo após sua formação, encontra-se o assassinato em 1974, em Buenos Aires, do ex-ministro da Defesa e comandante chefe do Exército – até ser substituído por Pinochet – de Allende, o general Carlos Prats (PADRÓS, 2009). Além desse, um dos casos que mais demonstrou a consolidação da cooperação e a união entre os países aconteceu em 1977, quando cinco refugiados políticos (três argentinos e dois uruguaios) foram capturados no Paraguai e levados à Argentina. A ação envolveu os aparatos repressivos dos três países: sequestro, transporte e desaparecimento das vítimas. Isso que mostra claramente o envolvimento e a aliança continental que se estabeleceu no Cone Sul derivada da Operação Condor (MARIANO, 2003).

De acordo com Dinges (2005), o Brasil teria enviado uma delegação, apenas como observadora, na primeira reunião, e o ingresso formalmente estabelecido ocorreria somente em 1976. Os autores estudados convergem sobre a participação brasileira na Operação, sendo esta menos ativa se comparada aos demais países-membros,

3 A Junta Coordinadora Revolucionária era composta pelo Movimiento de Liberación Nacional - Tupamaros (MLN-Tupamaros), do Uruguai, pelo Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP), da Argentina, pelo Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR), do Chile, e pelo Ejército de Liberación Nacional de Bolivia (ELN - Boliviano) (DINGES, 2005, p. 86).

uma vez que ficara restrita à cooperação na formação e no intercâmbio de informações sobre “terroristas” e subversivos, enquadrada, então, na primeira fase da Operação. Documentos do Departamento dos Estados Unidos afirmavam que o Brasil não havia concordado em participar de operações de campo além das fronteiras nacionais, sua principal contribuição seria prover os equipamentos de comunicação para o Condortel, a rede de comunicações estabelecida pelos países do Condor (MARIANO, 2003).

Souza (2011) apresenta alguns motivos pelos quais se pode compreender a cooperação limitada do governo brasileiro; segundo ele, a situação no Brasil era favorável ao governo, uma vez que o auge da repressão já havia passado, e os principais movimentos revolucionários já haviam sido reprimidos, sendo praticamente vencidos. Um exemplo disso é o desmantelamento, em 1975, da Guerrilha do Araguaia, que fora organizada pelo PC do B no Norte do país. Ademais, sob o governo de Ernesto Geisel (1974-1979), o país iniciava o processo de redemocratização, com uma “abertura lenta, gradual e segura” e com manifestações a favor do retorno de exilados brasileiros e da libertação de presos políticos. Fatos como esse também contribuíram para o país ser receptor de refugiados estrangeiros e, como participante da Operação Condor, colaborar para a realização de prisões em seu solo. A repressão da ditadura militar brasileira, fez do Brasil uma referência aos países vizinhos, que se utilizaram de práticas de torturas semelhantes às brasileiras. A repressão no Brasil tinha como característica a imposição do medo e do terror, em conjunto com práticas de coerção física e psicológica; sequestros, como forma de detenção, e tortura física, como disseminadora do medo (SOUZA, 2011).

As primeiras revelações sobre a Operação Condor são datadas de 1976 – e evidenciam o conhecimento da Operação por parte dos Estados Unidos. O memorando elaborado pelo agente do FBI Robert Scherrer, que, na época, atuava na Argentina, foi enviado da embaixada de Buenos Aires para o Departamento de Estado norte-americano, definindo as linhas da Operação:

A Operação Condor é o nome-código para a coleta, a troca, e o armazenamento de dados de inteligência a respeito dos assim chamados “esquerdistas”, comunistas e marxistas. [...] O Chile é o centro para a

“Operação Condor” e, além do Chile, seus membros incluem Argentina, a Bolívia, o Paraguai e o Uruguai. O Brasil também concordou experimentalmente em fornecer dados de inteligência para a “Operação Condor”. Os membros da “Operação Condor” que demonstram maior entusiasmo atualmente são a Argentina, o Uruguai e o Chile. (FBI apud DINGES, 2005, p.52-53).

A partir de desclassificação de outros documentos, em 2001, tornou-se público o quadro de conhecimento dos Estados Unidos sobre as ações da Operação, a caça à oposição, a violação dos direitos humanos, as detenções ilegais e a transferência clandestina de presos entre os países (PADRÓS, 2009). Contudo, o papel dos Estados Unidos e da CIA, de acordo com Dinges (2005), limitou-se ao treinamento de agentes da Dina, fornecimento de aparato técnico para os sistemas de comunicações e apoio à integração das forças de segurança do Cone Sul, uma vez que combater o movimento comunista e os líderes de esquerda era de grande interesse do governo norte-americano.

Segundo Padrós (2009), Henry Kissinger, secretário de Estado dos Estados Unidos, teria sinalizado para os generais argentinos que acelerassem o processo contra a subversão, ou seja, a destruição dos “subversivos”, visto que a defesa dos direitos humanos fazia parte da plataforma de governo do candidato ao governo norte-americano James Carter, o que prejudicaria as relações dos EUA com as ditaduras militares da América Latina. De fato, a Operação Condor cresceu encoberta pela CIA, mas não é possível afirmar que esta teve responsabilidade de coordenação da Operação.

Natureza da Operação Condor

As ditaduras tinham características diferentes entre si. No Brasil, a ditadura implantou o terror psicológico, a imposição do medo, enquanto, na Argentina, houve o ocultamento de cadáveres e o extermínio em massa. No Uruguai, era usada a tática do encarceramento prolongado, por cinco a 10 anos, e sessões de torturas. No Chile, era comum a desfiguração dos corpos com cal e o fuzilamento coletivo. No Paraguai, criaram-se campos de concentração e barras de ferro eram utilizadas como instrumento em espancamentos (MARIANO, 2003). Os meios utilizados pelos regimes para disseminar o terror, tanto na

população quanto nos elementos “subversivos”, receberam características próprias em cada país; mas a convergência entre esses regimes encontrava-se no discurso de uma ameaça regional, um perigo iminente, a ideia de que os regimes seriam colocados em risco por opositores prontos a dar um golpe. Desse modo, a cooperação entre esses regimes militares era vista como essencial para a proteção da região, ao passo que contribuía para a troca de políticas efetivas. De acordo com Robert Keohane, cooperações ocorrem quando

Atores ajustam seu comportamento às preferências reais ou potenciais de outros, através de um processo de coordenação política [...] a cooperação intergovernamental ocorre quando, na verdade, as políticas seguidas por um governo são consideradas pelos seus parceiros como facilitadoras na realização dos seus próprios objetivos como o resultado de um processo de coordenação política. (KEOHANE, 1984, p. 51-52, tradução nossa)⁴

A Operação Condor serviu para construir uma coordenação nas políticas repressivas, uma vez que facilitou a troca de informações, de presos políticos e a execução conjunta de ações repressivas entre os países; assim, sua criação era vista como necessária; dado isso, por exemplo, para os chilenos, “as cooperações bilaterais, que sempre existiram, deveriam ser sistematizadas, evoluindo para uma organização compacta e abrangendo o Cone Sul” (MARIANO, 2003, p. 19). Portanto, a Operação, então, enquadrar-se-ia como um exemplo de cooperação internacional, ainda que seus objetivos não fossem nobres e claramente violassem direitos humanos.

A Operação Condor também pode ser analisada à luz da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (CRS), formulada por Barry Buzan e Ole Waever. Um complexo regional de segurança é definido como “um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização, ou ambos estão tão interligados que os seus problemas de segurança não possam ser analisados e resolvidos separados um do outro” (BUZAN; WAEVER, 2003 p. 44, tradução

nossa)⁵. Ou seja, os problemas de segurança da região do Cone Sul estavam intimamente conectados entre si, de modo que suas soluções necessitavam ser tratadas de forma unificada.

A CRS surge no século XX nas bases da Escola de Copenhague⁶. Segundo essa teoria os problemas de segurança estariam intrinsecamente associados à sua região, mas continuariam sofrendo a interferência da polaridade do sistema internacional (BUZAN; WAEVER, 2003). Além disso, a teoria acrescenta aos estudos de segurança variáveis domésticas e regionais na análise das relações de segurança internacionais, o que a difere de estudos realistas e de segurança clássicos, e a torna funcional para a compreensão de um fenômeno como a Operação Condor. Com base nos preceitos da Escola, as ameaças à segurança seriam socialmente construídas e, para isso, seriam estabelecidas por meio de práticas intersubjetivas, como a securitização, por meio da qual um agente securitizador buscaria estabelecer a existência de uma ameaça à sobrevivência de uma unidade. Emprega-se o conceito de “ato de fala” (speech-act) para analisar o processo comunicativo por meio do qual uma questão é transposta para o campo da segurança (DUQUE, 2009). A securitização é um dos processos presentes na definição da CRS que tornaria necessário integrar a segurança da região, sendo, assim, indispensável sua análise conjunta. É importante ressaltar que a securitização só é efetivada quando esta for considerada pelo público como legítima, de modo que a ameaça estabelecida justifique a quebra dos mecanismos institucionais normais e legítimos, por exemplo, o uso da força (BUZAN; WAEVER, 1998; DUQUE, 2009).

Na Operação Condor, a legitimação de suas ações foi realizada por meio dos discursos que incitavam uma guerra contra a subversão, o “terrorismo” e o comunismo internacional. Os fundamentos da Condor, presentes no documento Primera Reunión de Trabajo de Inteligencia Nacional, de 29 de outubro de 1975,

4 Actors adjust their behavior to the actual or anticipated preferences of others, through a process of policy coordination [...] intergovernmental cooperation takes place when the policies actually followed by one government are regarded by its partners as facilitating realization of their own objectives, as the result of a process of policy coordination.

5 A set of units whose major processes of securitisation, desecuritisation, or both are so interlinked that their security problems cannot reasonably be analysed or resolved apart from one another

6 “A Escola de Copenhague visa a desenvolver um conjunto de conceitos e quadros analíticos para viabilizar a análise de segurança internacional sob uma perspectiva abrangente”

escrito por Manuel Contreras ilustram isso:

A subversão desde alguns anos atrás, está presente em nosso continente, amparada por conceitos político-econômicos que são fundamentalmente contrários à história, filosofia, religião e costumes dos próprios países do nosso hemisfério. Esta situação descrita, não reconhece fronteiras ou países e se infiltra em todos os níveis da vida nacional. A subversão desenvolveu comandos intercontinentais, continentais, regionais e sub-regionais, centralizados para coordenar as ações dissociadoras. (NATIONAL SECURITY ARCHIVE, NSA, 1975, tradução nossa)⁷

Segundo Buzan e Waever (2005, p. 45, tradução nossa)⁸, “o caráter particular de uma CRS muitas vezes será afetada por fatores históricos, como duradouras inimizades ou semelhanças culturais comuns em uma área de civilização”. No Cone Sul, o estabelecimento de regimes militares baseados na Doutrina de Segurança Nacional foi crucial para criação de uma identidade comum, que levou à integração na segurança da região pela cooperação dos países entre si.

A própria consolidação da Operação em ações de “sucesso” nos países do Cone Sul e até além das fronteiras sul-americanas, como o assassinato do ex-embaixador chileno nos EUA, em 1976, demonstra que a Condor se mostrou efetiva no propósito de proteger internamente os regimes militares no poder no continente e servir à segurança regional contra aquilo que foi sistematizado como “inimigo” do regime e que ameaçava a sua sobrevivência.

Considerações Finais

A bipolaridade do sistema internacional, a influência estadunidense na região do Cone Sul e, devido a isso, a imposição das ditaduras mil-

7 La Subversión desde hace a algunos años, se encuentra presente en nuestro Continente, amparado por concepciones políticas-económicas que son fundamentalmente contrarias a la Historia, a la Filosofía, a la Religión y a las costumbres propias de los países de nuestro Hemisferio. Esta situación descrita, no reconoce Fronteras ni Países, y la infiltración penetra todos los niveles de la vida Nacional. La Subversión, ha desarrollado Mandos Intercontinentales, Continentales, Regionales y Subregionales, centralizados para coordinar las acciones disociadoras.

8 The particular character of a local RSC will often be affected by historical factors such as long-standing enmities, or the common cultural embrace of a civilization area.

itares, foram fatores externos chaves para compreender porque a Operação Condor se mostrava como necessária aos governos ditatoriais. O funcionamento da Condor implicava a pré-existência de afinidades econômicas, políticas e ideológicas entre os países, o que foi garantido de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional. Seu estabelecimento visava conter os desvios e antagonismos sociais, criando a ideia de uma comunidade unida e homogênea, a fim de legitimar o uso da força como domínio do Estado; acabou-se, assim, por criar uma caça aos comunistas na região. Fatores internos, como a emergência de grupos de resistência nesses países e sua organização, através da Junta Coordenadora Revolucionária, também serviram como incentivo à luta contra a subversão, enunciada pelas ditaduras.

Por ter como seu objetivo a busca pela segurança interna regional contra subversivos, que representavam uma ameaça comum à unidade dos regimes militares, é possível enquadrar a Operação Condor como um exemplo de cooperação no campo de segurança coletiva que reflete os princípios da Teoria dos Complexos Regionais de Segurança. Seus problemas não poderiam ser tratados nem analisados de forma individual, sendo necessária a construção de um conjunto de políticas, uma organização, capaz de coordenar as ações repressivas e, além disso, criar meios capazes de facilitar o intercâmbio de informações e de indivíduos. A Operação Condor se mostrou como uma organização criminosa de associação ilícita entre as ditaduras da Argentina, do Brasil, da Bolívia, do Chile, do Paraguai e do Uruguai; a qual foi responsável por inúmeros assassinatos e detenções ilegais que acabaram por resultar em torturas e desaparecimentos. Um acordo político-militar que propagou o terror na região. A Operação durou até a época da redemocratização da região e foi capaz de chegar até sua fase três, sendo ativa na Europa e nos Estados Unidos.

As informações sobre as ações, tanto da Operação Condor quanto das ditaduras militares da América Latina, ainda são bastante limitadas aos relatórios e documentos liberados pelos governos e pelas declarações de sobreviventes. A comprovação da existência da Condor revela uma campanha de terror praticada pelos Estados e que, de maneira nenhuma, deve manter-se impune ou ser esquecida. As provas e documen-

tos já conhecidos tornaram possível a responsabilização de alguns indivíduos que tiveram a sua participação comprovada nos casos de torturas, detenções e assassinatos, tornando-os passíveis de processos e condenações por tribunais internacionais. No entanto, grande parte da história desses regimes ainda não foi apurada, o que deixa assim, um espaço a ser preenchido na própria história da América Latina.

Bibliografia

BRASIL, **Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em 6 set. 2014.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Security: a new framework for analysis**. London: Lynne Rienner Publishers, 1998. p.25-27.

DINGES, John. **Os anos do Condor: Uma década de terrorismo internacional no Cone Sul**. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

DUQUE, Marina Guedes. O papel de síntese da escola de Copenhague nos estudos de segurança internacional. **Revista Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 31, n.3 set-dez, 2009 p.47-481 Disponível em <<http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/v31n303.pdf>> Acesso em 10 set. 2014.

KEOHANE, Robert. **After Hegemony**. Cooperation and discord in the world political economy. Princeton, NJ: Princeton University Press. 1984. Disponível em <http://graduateinstitute.ch/files/live/sites/iheid/files/sites/political_science/users/elena.gadjanova/public/Keohane%20-%20after%20hegemony0001.pdf> Acesso em 9 set. 2014.

MARIANO, Nilson. **As Garras do Condor**. São Paulo: Vozes, 2003.

NATIONAL SECURITY ARCHIVE (NSA). **Outubro 1975 – Primera Reunion de Trabajo de Inteligencia Nacional**. The George Washington University, Washington, D.C. Disponível em <<http://www2.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB239b/PDF/19751000%20Primera%20reunion%20de%20Trabajo%20de%20Inteligencia%20Nacional.pdf>> Acesso em 9 set. 2014.

NYE, Joseph S. **Cooperação e Conflito nas relações internacionais**. Tradução Henrique Amat Rêgo Monteiro. São Paulo: Gente, 2009. p. 141–147.

PADRÓS, Enrique S. A Operação Condor e a conexão repressiva no Cone Sul: a luta pela verdade e pela justiça. **Organon**, Porto Alegre, n.47, jul-dez, p.115-138 Disponível em <<http://seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/29506/18191>> Acesso em 10 ago. 2014.

PADRÓS, Enrique S. Como el Uruguay no hay ... Terror de Estado e Segurança Nacional Uruguai (1968 – 1985): do Pachecato à Ditadura

Civil-Militar. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em < <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/6149/000525881.pdf?sequence=1>>. Acesso em 10 ago. 2014.

SOUZA, Fabiano F. Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. **Revista do Corpo Discente do PPG-História da UFRGS**. n. 8, vol 3, Jan-Junho, 2011. Disponível em < <http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/12769>>. Acesso em 14 ago. 2014.

TANNO, Grace. A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional. **Revista Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, vol. 25, n.1 jan-jun, 2003, p.53 Disponível em < http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/media/Tanno_vol25n1.pdf> Acesso em 10 set. 2014.

TRUMAN, Harry S. **Draft of March 11, 1947**. Disponível em < http://www.trumanlibrary.org/whistlestop/study_collections/doctrine/large/documents/pdfs/9-9.pdf#zoom=100>. Acesso em 4 set. 2014.